

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

SOCRATES CUMPRE SONHO!

Poucos já se recordarão do longínquo ano de 2001, altura em que o actual Primeiro Ministro era apenas Ministro do Ambiente. Pois bem, nesse ano, Sócrates viu-se envolvido numa polémica jornalística com o jornal PÚBLICO sobre a publicação de uma transcrição de uma escuta telefónica sua, na qualidade ainda de Deputado, com um empresário, sobre um concurso público realizado na Câmara da Covilhã.

Nesta semana, o jornalista visado do PÚBLICO, António Cerejo, veio em artigo (de 08/09/2007) lembrar os mais esquecidos. O episódio, para quem já não se lembre, e para quem não recordou ao ler o PÚBLICO, e segundo Cerejo, relatava uma conversa em que Sócrates prometia a resolução do concurso a favor do empresário, dito financiador do PS, por intermédio de um então assessor da Câmara da Covilhã e hoje assessor de Sócrates na Presidência do Conselho de Ministros.

A razão deste recuo no tempo, de matéria já esquecida e arrumada por eventualmente nada de relevante ter ficado provado, deriva da promessa feita então por Sócrates ao jornalista e ao jornal, de que a publicação da transcrição referida corresponderia à prática de um crime!

O jornalista refere que a notícia, apesar da pressão de Sócrates, foi publicada em Janeiro de 2002 e que ele nunca foi alvo de qualquer processo criminal por o ter feito.

Como refere também o jornalista e bem, na altura em 2001, a publicação de tal transcrição não se encontrava criminalizada. Nem ainda hoje está. Mas vai estar! E vai estar eventualmente por ordem de Sócrates, constando agora do texto do novo Código Penal, já aprovado e brevemente em vigor...

É caso para concordar com o jornalista, que realmente Sócrates pode demorar, mas vingam-se sempre, não se esquecendo dos seus sonhos mais antigos!

O que podemos acrescentar, porém, é que Sócrates não precisava de cumprir os seus sonhos à custa de mais uma medida visando os jornalistas. Não bastou o projecto de lei sobre o estatuto dos jornalistas, em tempo vetado por Cavaco, tinha ainda de calar a divulgação de factos que, por não desmentidos, se têm por verdadeiros. Ainda por cima relativos à sua própria pessoa...

O PSD também aprovou as alterações recentes ao Código Penal, aliás elas faziam parte do pacto para a Justiça celebrado entre o PSD e o PSD, por intermédio do Presidente da República.

Mas o PSD não tinha nenhuma promessa a cumprir contra o jornalista do PÚBLICO.... nem votou favoravelmente a lei vetada sobre o estatuto dos jornalistas. Pelo contrário cedo se desmarcou dela e denunciou a atitude do Governo.

A lição a tirar é simples: tenham cuidado os portugueses que no passado ousaram afrontar o Primeiro Ministro, mais cedo ou mais tarde vão conhecer a sua ira, nem que seja por diploma legislativo!

Seja como for, Sócrates cumpre os seus sonhos!

Marques Mendes acusa Sócrates de «desprezar» as PME e «só ter olhos para meia dúzia de grandes empresas»



Destaques:

Nos Açores, Marques Mendes vai lutar pela rápida aprovação do Estatuto Político-Administrativo

Pag. 2 e seguintes

Segurança “objectiva e subjectiva” posta em causa na interpelação ao ministro da tutela

Em “Actividades do PSD”

O Partido Social-Democrata

Artigo de Opinião de A. J. Jardim

Actividades do Presidente

Marques Mendes acusa Sócrates de «desprezar» as PME e «só ter olhos para meia dúzia de grandes empresas»

Em visita à Covilhã, na segunda-feira, o presidente do PSD, Luís Marques Mendes, acusou o primeiro-ministro de “desprezar” as pequenas e médias empresas por não ter respondido à carta que lhe enviou com propostas sobre as PME.

“Há duas semanas fiz uma proposta por escrito ao primeiro-ministro com um conjunto de medidas concretas para ainda antes de 2009 dar prioridade às PME. Mas o primeiro-ministro nem sequer respondeu a esta carta. O Governo despreza as PME”, disse Marques Mendes aos jornalistas presentes

“O actual governo só tem olhos para meia dúzia de grandes empresas e despreza as PME”, referiu.

Marques Mendes destacou a promessa de criar um ministro para as PME caso vença as eleições legislativas em 2009. “É um ministro que nunca existiu e que é sinal do apoio estratégico a dar às PME”, sublinhou.

Durante uma intervenção perante os militantes, Marques Mendes reafirmou ainda a proposta de redução de impostos. “É absolutamente indispensável. A começar no IVA e a continuar no IRC”, referiu.

No encerramento da Universidade de Verão do partido, que decorreu em Castelo de Vide, no domingo, o líder do PSD tinha anunciado que durante a discussão do Orçamento de Estado para 2008 os sociais-democratas vão propor a descida de impostos.

“Venha algum intelectual dizer o contrário e é alguém que não conhece o país. Basta ir às zonas de fronteira. Com a diferença de impostos, a nossa vida passa para o lado de lá. Esta não é só uma questão financeira, é questão estratégica face a Espanha”, sublinhou.

“O engenheiro António Guterres deixou-nos a aventura orçamental. Ainda hoje estamos pagar essa factura. O engenheiro Sócrates está a deixar-nos esta aventura de todos os dias perdermos competitividade em relação a Espanha”, referiu o líder do PSD.

O presidente do PSD afirmou ainda que prevê um atraso que pode ser superior a um ano, no arranque da aplicação dos fundos comunitários que estão disponíveis até 2013, disse hoje Marques Mendes.

“Desde Janeiro deste ano que Portugal tem à disposição milhões de euros vindos de Bruxelas que são importantes para o nosso desenvolvimento, mas não os pode utilizar porque o Governo atrasou meses e meses a apresentação a Bruxelas do novo quadro



comunitário”, referiu.

“Conclusão: vamos perder um ano ou mais na aplicação de verbas que são importantes para as autarquias, para as empresas, agentes económicos e sociais. Todo este atraso é da culpa e da irresponsabilidade exclusiva deste Governo”, sublinhou Marques Mendes

“Se isto acontecesse com um governo do PSD, tenho a certeza que

já tinha caído o Carmo e a Trindade, mas com este, parece que está tudo normal. Mas não está. Isto é incompetência, associada à arrogância do primeiro-ministro”, acrescentou.

O QREN prevê um montante de cerca de 20 mil milhões de euros para o apoio ao desenvolvimento de Portugal no período de 2007-2013.

As críticas de Marques Mendes surgiram após o discurso do anfitrião,

o presidente da Câmara da Covilhã, Carlos Pinto.

Segundo o autarca, “só quarta-feira é que os presidentes de Câmara vão tratar de saber qual a sua representação junto dos órgãos executivos dos fundos comunitários, quando, desde 1 de Janeiro, Portugal já devia estar a executar e apresentar despesas, tal como acontece em Espanha”, concluiu.

Nos Açores, Marques Mendes vai lutar para a rápida aprovação do Estatuto Político-Administrativo dos Açores

Numa visita a Ponta Delgada (Açores), na quarta-feira passada, o presidente do PSD, Marques Mendes, garantiu o empenho do grupo parlamentar social-democrata para que a proposta de revisão de Estatuto Político-Administrativo dos Açores seja aprovada rapidamente na Assembleia da República.

“Em Lisboa, na Assembleia da República, o PSD dará toda a atenção, empenho e prioridade para que a proposta vinda da Assembleia Legislativa Regional seja, não apenas aprovada com rapidez, mas respeitada nas opções apresentadas”, afirmou Luís Marques Mendes.

O líder do PSD falava no encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD/Açores, que analisaram a revisão do Estatuto Político-Administrativo, que vai ser votado em breve no parlamento açoriano.

Esta alteração do Estatuto surge na sequência da revisão de 2004 da Constituição Portuguesa que reforçou os poderes das regiões autónomas.

Segundo Marques Mendes, o PSD foi o “grande protagonista” desta revisão constitucional, que resultou num “aprofundamento da autonomia regional”.

“O PS tem por hábito chegar sempre atrasado à história”, disse o dirigente social-democrata, para quem a próxima revisão constitucional de 2009 deverá servir, ainda, para um maior aprofundamento do processo autonómico.

“Não por nenhuma mania ou capricho, mas por ordem natural das coisas, nós podemos e devemos dar, na revisão constitucional de 2009, mais um passo para que as autonomias nos Açores e na Madeira possam evoluir”, disse.

Segundo Marques Mendes, a razão para este aprofundamento “é simples”, uma vez que o conceito da autonomia “não é estático e a autonomia “desenvolve-se e adapta-se em função dos novos desafios”.

“Nós acreditamos nas autonomias regionais porque é um instrumento de desenvolvimento dos Açores”, disse Luís Marques Mendes, para quem é necessário, por isso, “dar poder de decisão aos

açorianos”.

Para o líder do PSD/Açores, Carlos Costa Neves, o processo de revisão do Estatuto Político-Administrativo é um “momento importante para o país” e está em discussão uma “boa proposta”, mas sujeita a melhoramentos.

Este projecto de revisão do estatuto “permite realizar as ambições dos cidadãos açorianos”, assegurou o dirigente social-democrata açoriano, ao destacar a participação democráticas das populações no desenvolvimento económico e social.

Além disso, a proposta de novo Estatuto prevê uma reforma do Parlamento regional, através do reforço do poder legislativo, maior debate político e meios de fiscalização do Governo açoriano, disse.

Costa Neves defendeu, também, a aprovação do novo Estatuto Político-Administrativo dos Açores antes das próximas eleições regionais de Outubro de 2008.

–Fontes: Lusa, RTP, DN, PSD/Açores



Segurança “objectiva e subjectiva” posta em causa na interpelação ao ministro da tutela

O PSD elevou as críticas ao Governo quanto ao surto de violência grave, pois Montalvão Machado acusou o executivo de dar “sinais de profunda passividade”, enquanto Marques Mendes disse que não se pode “desprezar” a autoridade do Estado.

O líder social-democrata, Marques Mendes, manifestou-se quarta-feira preocupado com os casos de criminalidade violenta, mas alertou para a necessidade de não amplificar estas situações, alegando que Portugal, “no essencial, é um país seguro”.

Nesta matéria, salientou que o Governo não deve “desprezar um bem inestimável que é a autoridade do Estado”, que passa por “respeitar a lei, fazer cumprir a lei e motivar as forças de segurança”.

Para Marques Mendes, que falava em Ponta Delgada, a motivação e prestígio das forças de segurança constituem a única forma de Portugal ser um país cada vez mais seguro.

“Só há uma forma de termos um país cada vez mais seguro, que é ter forças de segurança motivadas e prestigiadas e a agir no terreno com eficácia”, adiantou.

Coube hoje ao vice-presidente da bancada parlamentar do PSD Montalvão Machado elevar o tom das críticas neste domínio, censurando os sinais de “profunda passividade” do Governo relativamente aos recentes fenómenos de criminalidade, reclamando “um sinal de autoridade” por parte do executivo.

Os mais recentes incidentes “não aconteceram pela pouca qualidade das

forças policiais, mas pela falta de um sinal de autoridade do Governo”, salientou, reiterando as críticas aos “sinais de profunda passividade e tolerância do Governo”.

Montalvão Machado criticou os sinais de “profunda passividade” do Governo relativamente aos recentes fenómenos de criminalidade, reclamando desta forma “um sinal de autoridade” por parte do executivo.

“O Governo não tem feito tudo quanto basta. A percepção de insegurança que está a criar-se na população deriva da atitude de menosprezo do Governo”, afirmou.

Recordando a invasão de uma propriedade em Silves onde se cultivava milho transgénico, Montalvão Machado apontou o caso como o primeiro sinal de “desvalorização” dado pelo Governo.

“Houve uma atitude violadora da propriedade, mas o Governo limitou-se a dizer que não se passou nada de especial, deu um sinal para as próprias forças de segurança de desvalorização do que é ilícito”, sublinhou.

Mais recentemente, acrescentou, no caso da morte de um empresário da noite do Porto “a Polícia Judiciária revelou uma atitude de total passividade”.

“Todas estas situações geram uma percepção de insegurança na população”, insistiu Montalvão Machado, recusando, contudo, relacionar qualquer uma destas situações com uma falta de qualidade das forças policiais.

“Não aconteceram pela pouca

qualidade das forças policiais, mas pela falta de um sinal de autoridade do Governo”, salientou, reiterando as críticas aos “sinais de profunda passividade e tolerância do Governo”.

Por sua vez, o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, do PSD, denunciou hoje a “falta de eficiência” que, em sua opinião, tem sido revelada pelas forças policiais, defendendo que é altura de o Governo se “preocupar” e promover uma reforma profunda que aumente a eficácia.

“O que o país tem assistido, seja ao nível das crianças desaparecidas, dos assaltos a bancos ou das mortes na noite do Porto, é a falta de eficiência revelada pela Polícia”, afirmou o autarca, em declarações à Lusa.

Rui Rio, que ainda não se tinha pronunciado sobre questões relacionadas com a segurança desde a morte recente de um empresário da noite portuense, frisou que se “sucedem os casos e a Polícia não dá a resposta que supostamente deveria dar”.

Rui Rio deixou claro que esta questão não está apenas relacionada com as mortes ocorridas nos últimos dois meses na noite do Porto, mas com vários casos que têm acontecido em todo o país.

“Não estamos a falar de um ou dois casos, mas de vários casos com variadas características em que a Polícia não teve a eficácia desejada”, acentuou.

A interpelação do PSD ao Governo (Resumo)

Por iniciativa do PSD, a Comissão Permanente do Parlamento analisou as ocorrências na Herdade da Lameira, em 17 de Agosto, exigindo explicações do Ministro da Administração Interna.

O deputado Miguel Macedo acusou o Governo de negligência das forças de segurança afirmando que “as autoridades avisadas da ocorrência nada fizeram. O Estado demitiu-se de fazer respeitar a lei. O Ministro da Administração Interna disse que as forças de segurança tinham actuado com a força adequada e de forma proporcional”. O PSD considera estas declarações do Ministro desastrosas e a situação gravíssima. O deputado do PSD sublinhou, ainda, o crescente sentimento de insegurança nas populações e um aumento da criminalidade violenta.

No decorrer do debate, também o deputado José Eduardo Martins reforçou a ideia de que o Governo não percebeu a gravidade do sinal de impunidade que este lamentável episódio transmitiu.

«Ministra (da Educação) sem rasgo e sem coragem para mexer no essencial», afirma Pedro Duarte

O PSD considerou que as medidas anunciadas pela ministra Maria de Lurdes Rodrigues são um “espelho do momento de fragilidade” do Ministério da Educação, lamentando a falta de coragem para “mexer no essencial”.

“Os anúncios que a ministra da Educação fez hoje são um bom espelho do momento de fragilidade que o Ministério da Educação atravessa. É uma ministra sem rasgo e sem coragem para mexer no essencial”, disse à Lusa o vice-presidente da bancada do PSD Pedro Duarte.

A ministra da Educação anunciou hoje um conjunto de dez medidas para o sector, nomeadamente com o objectivo de duplicar o número de alunos do ensino secundário abrangidos pela acção social escolar até 2009, e alterações nas regras dos manuais escolares.

“São medidas desgarradas, muitas delas já gastas porque estão recorrentemente a ser anunciadas”, criticou Pedro Duarte, lamentando a “falta de iniciativa” demonstrada.

Sublinhando o “intuito essencialmente propagandístico” das medidas anunciadas pela ministra da Educação, Pedro Duarte lamentou ainda que não se tenha mexido no essencial.

“Nada se disse sobre a necessidade de dar uma maior liberdade, uma maior autonomia às escolas”, criticou.





PSD exige discussão de vetos presidenciais no Parlamento

O PSD exigiu que os vetos presidenciais ao estatuto dos jornalistas, à lei orgânica da GNR e ao diploma sobre a responsabilidade extracontratual do Estado fossem

Marques Guedes.

Recordando que os vetos presidenciais são matérias que já vêm desde o mês de Agosto, o líder da bancada do PSD disse não ser possível esperar mais pela sua discussão.

“São matérias que não podem esperar mais três semanas, até ao início do ano parlamentar”, sublinhou.

Azevedo Soares acusa ministro do Ambiente, de “insistir em tentar enganar os portugueses”

O vice-presidente do PSD Azevedo Soares acusou o ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia, de “insistir em tentar enganar os portugueses”, reiterando que existem atrasos na aplicação das verbas do novo quadro comunitário de apoio (QREN).

“O ministro do Ambiente insiste em tentar enganar os portugueses a propósito do QREN. A verdade nua e crua é que já estamos em Setembro de 2007 e ainda não estão aprovados e a ser executados e financiados projectos com apoio do QREN”, acusou Azevedo Soares, numa declaração à Agência Lusa.

Num almoço com militantes do PSD na Covilhã, segunda-feira, o líder social-democrata, Marques Mendes, afirmou que a aplicação dos fundos comunitários do QREN 2007-2013 deverá atrasar-se um ano ou mais, acusando o governo socialista de atrasar o processo.

O ministro do Ambiente, Nunes Correia, garantiu que está assegurada a aplicação das verbas do novo quadro comunitário de apoio para 2007 e acusou o líder do PSD de estar “mal informado” sobre o processo.

No entanto, o primeiro vice-presidente do PSD reiterou hoje as críticas ao Governo nesta matéria.

“A verdade é que o atraso é uma realidade e negá-lo revela incompetência ou má-fé. **O ministro que escolha a alternativa que lhe der mais jeito**”, criticou Azevedo Soares.

Para Azevedo Soares, “a verdade é que se perdeu um ano, numa altura em que o país tanto precisava que se aumentasse o investimento, seja para criar riqueza seja para combater o desemprego”.

O QREN prevê um montante de cerca de 20 mil milhões de euros para o apoio ao desenvolvimento de Portugal no período de 2007-2013.

discutidos na comissão permanente da Assembleia da República, que reúne quinta-feira.

Em declarações à agência Lusa, o líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, adiantou que, na conferência de líderes de quarta-feira, os sociais-democratas vão exigir que os três vetos presidenciais do último mês sejam alvo de um “mini-debate” na comissão permanente da Assembleia da República, que substitui os plenários durante as férias parlamentares.

“Fazemos questão que os vetos presidenciais possam ser apresentados e que tenha lugar um debate mínimo na comissão permanente da Assembleia da República”, afirmou

Os três diplomas vetados em Agosto pelo chefe de Estado terão de ser reagentados para apreciação em plenário da Assembleia da República.

De acordo com a Constituição da República, “se a Assembleia confirmar o voto por maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções, o Presidente da República deverá promulgar o diploma no prazo de oito dias a contar da sua recepção”.

Ou seja, se o PS decidir não alterar os textos vetados por Cavaco Silva, a sua maioria absoluta (os socialistas dispõem de 121 deputados) é suficiente para a aprovação dos diplomas.

Além da discussão dos vetos presidenciais, o PSD irá ainda exigir a

presença do ministro da Administração Interna na comissão permanente, para Rui Pereira prestar esclarecimentos e “dar nota do apuramento de responsabilidades” sobre a invasão de uma exploração de milho transgénico em Silves.

“É uma exigência que mantemos, inequivocamente”, salientou o líder da bancada do PSD, recordando que, há cerca de três semanas, os sociais-democratas já tinham proposto a realização de uma reunião extraordinária da comissão permanente da Assembleia da República, que não chegou a realizar-se, para discutir essa questão.

O PSD irá ainda apresentar dois votos de congratulação pelos títulos mundiais alcançados pelos atletas Nelson Évora e Vanessa Fernandes no Campeonato Mundial de Atletismo.

Não diminuem os mortos em estradas portuguesas

O PSD lamentou hoje a estagnação do número de mortos nas estradas portuguesas em relação ao ano passado e responsabilizou o Governo pela quebra do ciclo descendente da sinistralidade rodoviária.

“Nos últimos anos tínhamos vindo a assistir a uma redução da sinistralidade rodoviária em Portugal, muito pela introdução do novo Código da Estrada e pelas políticas de prevenção e educação rodoviária”, salientou à Lusa o deputado social-democrata Fernando Santos Pereira, referindo-se a iniciativas do executivo de coligação PSD/CDS-PP.

O número de mortos nas estradas portuguesas foi nos primeiros oito meses deste ano igual ao do período homólogo de 2006, esclareceu hoje à agência Lusa o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões.

De acordo com o secretário de Estado, o relatório da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária dá conta de 551 mortos entre 01 de Janeiro e 2 de Setembro de 2006, exactamente o mesmo número registado no período homólogo

deste ano.

“Quebrou-se um ciclo descendente da sinistralidade rodoviária”, lamentou Fernando Santos Pereira.

Para o deputado do PSD, essa quebra deveu-se “ao abandono pelo Governo das políticas de prevenção e educação rodoviárias”.

“O Governo desviou verbas do Fundo de Garantia Automóvel destinadas à prevenção para outros fins, como a aquisição de equipamentos de controlo da velocidade”, criticou.

O PSD já solicitou, aliás, ao Tribunal de Contas um parecer sobre a legalidade deste desvio destas verbas e irá pedir uma audiência ao presidente deste órgão para insistir no assunto.

“Há meses que vínhamos denunciando esta situação e a avisar o Governo que não se podiam retirar estas verbas”, sublinhou Fernando Santos Pereira, que acusou ainda o executivo de ter “secado” a Prevenção Rodoviária Portuguesa.

Entre 1 de Janeiro e 2 de Setembro, registaram-se 551 mortos, 2.070 feridos graves e 28.167 feridos graves nas estradas portuguesas.

DIAP decide arquivar processo de “financiamento” Somague em 2001

O Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa considerou “não se verificarem, por ora, os pressupostos que fundamentam a abertura de inquérito criminal” no caso relativo à suspeita de financiamento ilícito do PSD pela Somague.

O Ministério Público tinha já instaurado um inquérito que foi arquivado, em Janeiro deste ano, porque a SOMAGUE não terá declarado às Finanças o valor da factura que pagou à empresa Novodesing por serviços prestados ao PSD, segundo informou anteriormente a PGR.

O inquérito foi arquivado “porque foi pago o valor correspondente à dívida fiscal e, com a reposição da verdade fiscal, o Ministério Público arquivou por não haver fundamento para prosseguir com o inquérito”,





refere uma nota da PGR divulgada a 23 de Agosto, em resposta a perguntas da Agência Lusa.

O inquérito, que correu no DIAP de Lisboa e foi arquivado em Maio passado, “tinha por objecto o crime de fraude fiscal, porque a SOMAGUE não tinha declarado aos impostos”, acrescenta a nota.

O Tribunal Constitucional deu como provado que a construtora SOMAGUE pagou uma factura no valor de 233.415 euros por serviços prestados ao PSD e à JSD pela Novodesign, uma empresa de comunicação detida à altura pela Brandia Creating.

O despacho divulgado hoje refere que “à data” do financiamento pela Somague à campanha eleitoral do PSD nas eleições autárquicas de 2001 “a lei não previa tal conduta como integradora de um ilícito criminal”.

Notícia recentemente publicada pelo jornal Público estabelece uma ligação entre esse “acto ilícito e eventual vantagem concedida” no âmbito de um concurso público “pelo membro do Governo que antes fora responsável financeiro do partido em causa”.

O jornal, no entanto, «esqueceu-se» de dizer que, no concurso público em questão, o Governo deu razão aos adversários da Somague, que o ganharam. Não se percebe bem onde está a “vantagem”!

O membro do Governo e dirigente partidário em causa era o então secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira de Castro, num Governo de coligação PSD/CDS-PP.

“Esse facto, a ser assim, poderia permitir a realização de nova investigação, desta feita na óptica do crime de corrupção”, refere o despacho de hoje do DIAP de Lisboa, que conclui, no entanto, que “não se mostra possível, com os elementos disponíveis, formular suspeita, sequer, da existência de acto de favor neste negócio”.

“O processo penal tem lugar perante a suspeita da prática de um crime, não tendo por escopo auditar ou sindicar a actividade económica, política ou administrativa”, refere ainda o despacho do DIAP.

O ex-secretário-geral do PSD José Luís Arnaut disse hoje que a não abertura de um inquérito criminal no caso relativo à suspeita de financiamento ilícito do partido pela Somague confirma a “correção de comportamentos” do então responsável pelas contas sociais-democratas.

O Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa anunciou hoje que considerou “não se verificarem os pressupostos que fundamentam a abertura de inquérito criminal” no caso relativo à suspeita de financiamento ilícito do PSD pela Somague.

Contactado pela Lusa, o ex-secretário-geral do PSD José Luís Arnaut considerou que a decisão do DIAP “confirma a correção de comportamentos e atitudes do então

secretário-geral adjunto, doutor Vieira de Castro”.

“Por princípio, não comento decisões no âmbito da justiça. Contudo, aprez-me registar que a decisão vem confirmar a correção de comportamentos e atitudes do então secretário-geral adjunto, doutor Vieira de Castro, nesta matéria, como creio, em todas as outras, sempre em defesa do Estado”, afirmou.

Na altura, o deputado do PSD e secretário-geral do partido na altura escreveu ao Tribunal Constitucional assumindo a “responsabilidade objectiva” pelo financiamento apesar de afirmar desconhecer “os termos concretos” desse apoio.

Na missiva, o deputado José Luís Arnaut referia ainda que delegou em José Luís Vieira de Castro, seu secretário-geral adjunto à altura, “as tarefas de natureza administrativa e financeira”, acrescentando, mais à frente, que não podia dar mais esclarecimentos por Vieira de Castro se encontrar doente.

“Não havendo, no PSD, quaisquer caso, razão pela qual o “processo-crime que tinha sido aberto foi arquivado”, disse Marques Mendes, em Ponta Delgada, nos Açores.

Segundo considerou, essa decisão é uma “boa notícia” e significa que “não houve qualquer intenção nem

qualquer comportamento de natureza criminosa” nesta questão do financiamento ao PSD.

Considerou, ainda, que tinha a convicção pessoal de que “não tinha acontecido” e considerou “tanto melhor” ser uma entidade judicial a vir agora comprová-lo.

O Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa considerou “não se verificarem os pressupostos que fundamentam a abertura de inquérito criminal” no caso relativo à suspeita de financiamento ilícito do PSD pela Somague.

Eleições directas

Conselho de Jurisdição: Todos os militantes que pagarem as quotas até às seis da tarde do dia 18, poderão votar



O Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) do PSD decidiu que todos os militantes que pagarem as quotas até às 18:00 do dia 18 de Setembro poderão votar nas eleições directas para a liderança social-democrata.

Em declarações à Lusa no final da reunião, que se prolongou por cerca de quatro horas, o presidente do CJN, o deputado Guilherme Silva, adiantou que foi feita uma “clarificação” à forma como será apurado o universo eleitoral para as directas, marcadas para 28 de Setembro.

“Clarificámos a forma como vamos apurar o universo eleitoral. Ou seja, terão de ser considerados todos os militantes que pagarem individualmente as quotas até às 18:00 do dia 18 de Setembro”, disse Guilherme Silva.

Desta forma, acrescentou, mesmo que a informação do pagamento só chegue ao partido após essa data, nomeadamente por atrasos nas comunicações entre as instituições bancárias, os militantes serão posteriormente incluídos nos cadernos eleitorais.

Faz-se um aditamento aos cadernos eleitorais”, explicou.

Segundo Guilherme Silva, o CJN voltará a reunir-se no dia 21 de Setembro, data limite da apresentação das candidaturas às eleições directas para o presidente do PSD.

Contactado pela Lusa, o deputado Rui Gomes da Silva, que também integra o CJN, congratulou-se com os resultados obtidos no encontro de hoje.

“Houve dados positivos, mais vale tarde que nunca”, sublinhou, considerando importante que tenham sido definidas regras para a forma de pagamento das quotas.

“São coisas perfeitamente naturais, mas que não estavam consagradas”, acrescentou. - Fontes: Lusa e PL, fotos arquivam PL



O Partido Social-Democrata

Alberto João Jardim(*)

Sou dos poucos políticos no activo que ainda pertencem à geração “Sá Carneiro” e continuo a entender a sua Doutrina como actual.

Quase todas as actuais primeiras figuras políticas do Partido Social-Democrata, fizeram-se com Cavaco Silva, e daí certos pontos de vista diferentes que temos sobre o País e sobre o PSD.

Continuo a entender que o presente sistema político-constitucional é inadequado a uma Democracia eficiente em Portugal. Continuo a defender a bipolarização política e a descentralização político-administrativa. Continuo a ser por uma forte disciplina partidária, coesa para o exterior e plural, no seu interior. Continuo numa prática política frontal, absolutamente firme quanto aos objectivos, democraticamente dura quanto baste, e sem tergiversões “politicamente correctas”.

Contesto o definhar de Portugal, subjugado a políticas orçamentalistas ditadas do exterior, antes preferindo a opção pelo crescimento económico, pelo Emprego, pelo bem-estar das populações, pela liberdade individual e pela desestatização.

Contesto o sistema criado nas Forças Militares e de Segurança. Contesto o presente sistema de Justiça. Contesto o sistema educativo português. Contesto o desprezo a que a Terceira Idade está votada, bem como a desmobilização da Juventude no plano dos Valores. Contesto a subversão da disciplina democrática. Contesto a agressão à consciência nacional que são as “causas fracturantes”. Contesto a falta de pluralismo, o sectarismo, o “politicamente correcto” e os controlos políticos que caracterizam, em muito, a Comunicação Social portuguesa. Contesto o abandono do sector primário da Economia. Contesto o caos das políticas ambientais. Contesto a secundarização da Ciência. Contesto uma falsa “cultura”, politizada, mediocre, nas costas do Povo.

Sou, pois, não Oposição a qualquer Governo, mas Oposição ao regime desta Situação.

E estou certo que quase todos os Portugueses que não se identificam com o sector político comunossocialista, me acompanham nestas posições.

Já não estou certo que muitos dos “notáveis” do PSD com tal concordem. É um problema antigo. Um desfasamento político-cultural entre as cúpulas e as Bases sociais-democratas. A vertigem tonta do “bloco central”.

Mas continuo convicto de que quem souber despertar os Portugueses para estas realidades e motivações, apontando um caminho sem desvios



de fraqueza, terá a confiança democrática da Nação.

Perguntar-me-ão, então porque não avança?...

De certeza que não é por causa de “medo” ou de temer a comunicação dita “social” no estado em que se encontra. Há coisas que me dão muito gozo... Nem é por causa de uns pseudo – “intelectuais”, que nem o voto da respectiva família valem, para os quais sempre estive “nas tintas”.

É por razões éticas.

Primeiro, porque assumi um compromisso com o Povo Madeirense, há bem pouco tempo. E se, em Lisboa, os compromissos políticos não são para ser honrados, por cá demiti-me precisamente porque não podia honrar o meu Programa de Governo.

Segundo, porque nunca iria contra Luís Marques Mendes, depois da seriedade e da lealdade com que tem sabido ser solidário com os Direitos violentados do Povo Madeirense.

Continuo a afirmar que, apesar da sua infernal e mentirosa máquina de propaganda, o desastre que são os socialistas – Merkel, Sarkozy, Brown e Zapatero baixaram os impostos – torna-os vulneráveis e derrotáveis nas urnas de voto.

Desde que se ataque forte, mas inteligentemente, e se consiga passar a demonstração que não há qualquer “socialismo” nesses cavalheiros, mesmo com a camuflagem das “causas fracturantes”. Passar a demonstração de que eles, em Portugal, só servem os “interesses” do grande capital e das centrais de decisão estrangeiras, arruinam as pequenas e médias empresas, promovem o desemprego e a emigração, destroem e desprestigiam a Função Pública, agravam a injustiça social.

Mas o Partido Social-Democrata tem de mudar, e não só principalmente no estilo de fazer oposição

Não pode viver, desde há dois anos, num clima de guerrilha interna permanente, autofagicamente trazida para público. Que foi ao ponto de criticar as críticas aos socialistas! E que serve para a comunicação “social”, quase toda enfileirada à pseudo – “esquerda”, dar todo o destaque a tais imprudências, mesmo de pessoas que, antes, sempre maltratou.

Como se não bastasse a vergonha dos vira-casacas!

Como se fosse fácil, nesta “democracia” e com esta “informação”, fazer Oposição. Mais a mais que o Estado vem descambando nas vinganças, nas perseguições e nas retaliações pessoais, num ambiente policial que nunca se pensou ser possível após a Constituição de 1976.

O PSD precisa de crítica construtiva. Mas internamente; e não através de exibicionismos.

Os socialistas são derrotáveis. Prova-o a preocupação com que atacam Marques Mendes e o PSD, bem como os “jogos” de omissão, deturpação, propaganda ou legislação direccionada, com que atacam os Quadros sociais-democratas. Provam-no as vitórias nas eleições autárquicas, nas presidenciais e nas regionais da Madeira. Toda a tontice que rodeou o “flop” de Lisboa, é para lhe retirar as lições, incluso pessoais, e passar adiante, às eleições de 2009 que serão três.

De uma vez por todas, agora é o momento de clarificar, de criar condições de trabalho firme e de estabelecer uma disciplina democrática interna.

Mais a mais, quando temos à porta

a revisão do Programa do Partido, momento para mim muito mais sério do que todas essas já insuportáveis “guerras do alecrim e da manjerona”. Porque aqui, sim, todo o cuidado é pouco para não descaracterizar o Partido Social-Democrata, só por causa do “politicamente correcto” e do “complexo de esquerda”. Todo o cuidado é pouco para não dividir ou fragmentar, pois trata-se de questões de fundo, inabdicáveis na Consciência e Valores de cada um.

Se chegado o Partido ao primeiro trimestre de 2009, e se confirmarem fracas as perspectivas eleitorais, então, sim, haverá que tomar decisões de emergência, a tempo de derrotar Sócrates

O Partido Social-Democrata tem de se assumir dinamicamente como o Centro em Portugal. A chamada “direita”, incoerentemente tão amiga tantas vezes da pseudo – “esquerda”, federalize-se lá como quiser e como entender, e com o que lhe restar, se o PSD souber dar Esperança aos Portugueses. Aliás, nunca quis alianças eleitorais com tal “direita”, nem sequer por falta de alguns Princípios convergentes, mas por práticas absurdas deles.

E quanto à pseudo – “esquerda”, que é o que há de mais confrangedor em conservadorismo e de falta de imaginação e de cultura política em Portugal, que tudo seja feito para que o bloco comunossocialista vá se renovar e reciclar para a Oposição, levando com ele os oportunistas, os “idiotas úteis” e os vira-casacas.

Estamos entendidos?...

- *Conselheiro de Estado, Presidente do PSD/Madeira, Presidente do Governo Regional da Madeira*

Notícias da Madeira

Miguel Albuquerque desmascara “linguagem frentista” do PS/M

A Comissão Política do PSD/Madeira acusou o Partido Socialista madeirense de estar a desenvolver uma estratégia para suprir a sua “carência de credibilidade, de activos, de políticas e projectos alternativos”.

“Assiste-se a uma linguagem frentista por parte do PS que está, neste momento, a reboque dos pequenos partidos radicais de esquerda na Região”, disse o porta-voz da reunião, ocorrida na noite passada, daquele órgão social democrata insular, Miguel Albuquerque.

Acrescentou que, para o PSD/M, “esta linguagem frentista do PS/M é uma forma de esvaziar a derrota que sofreu nas urnas” nas eleições legislativas de Maio de 2006.

“Por outro lado, há uma tentativa de, através deste nova estratégia - que no fundo não é estratégia nenhuma - de suprir uma carência de credibilidade, de agentes activos e, através do insulto e da tentativa de judicialização da vida pública regional, substituir a carência de políticas alternativas e de um projecto alternativo ao projecto económico do PSD”, sustentou.

O PSD/M reafirmou que continuará a lutar contra as tentativas de “instrumentalização do Estado” por parte do Governo da República socialista para “prejudicar o povo e a Região Autónoma da Madeira”.

Disse que nas áreas financeira, legislativa e dos fundos comunitários,

“os projectos do Estado central neste momento são praticamente inexistentes. Aquilo que são responsabilidade do Estado no âmbito da justiça, polícias, segurança nada é feito, para além de nos cortarem o dinheiro através desta vergonhosa lei das Finanças Regionais, aprovada pelo PS em Lisboa”.

Miguel Albuquerque anunciou ainda que o grupo parlamentar do PSD irá apresentar, em Outubro, um conjunto de propostas que visam a desburocratização e ordenamento do território.

Adiantou que estas têm por objectivo principal permitir que a economia madeirense “continue a crescer com dígitos apreciáveis e, sobretudo, na necessidade que constatamos de fazer crescer o emprego na Região”.

“Nós vamos adaptar a legislação à nossa realidade regional, que é a realidade de um território que aqui na Madeira tem cerca de 700 quilómetros quadrados, que apenas um terço é habitado e que, de facto, precisa de normas de ordenamento, de normas de competitividade económica que passa exactamente por esses diplomas de desburocratização, que visam facilitar a vida dos cidadãos e garantir um crescimento e uma maior competitividade às empresas regionais”, explicitou. - Lusa



Notícias de Braga

Vereadores do PSD pedem redução imediata do IMI

Os vereadores pela coligação apoiada pelo PSD, apresentaram ao executivo municipal a seguinte proposta sobre o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, a taxa municipal sobre imóveis é fixada anualmente dentro dos intervalos legalmente fixados.

Os Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos por Braga”

entendem que a fiscalidade municipal deve assumir uma orientação estratégica, não se resumindo à obtenção da receita pela receita mas assegurando, antes, a concretização de determinados objectivos da Gestão Municipal.

De igual forma, entendem estes Vereadores que o reforço das competências tributárias dos Municípios, quer no domínio da cobrança, quer pelo alargamento dos intervalos de fixação das taxas dos impostos municipais – como decorre do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – traduzem um

contributo para a responsabilização da Gestão da Autarquia pelas verbas que a mesma pretenda angariar para financiar a sua actividade.

Neste contexto, a fixação das taxas do IMI pelos seus valores máximos que se vem verificando em Braga ao longo dos últimos anos serve apenas para cobrir os desequilíbrios financeiros da Câmara Municipal de Braga, a expensas dos Municípios, sem que se possa invocar já a postura de precaução face aos eventuais impactos da Reforma da Tributação do Património.

Bem pelo contrário, não há já qualquer dúvida sobre o impacto deste

novo Imposto face às receitas obtidas pela Autarquia de Contribuição Autárquica (como sucedera até 2004), constatando-se que os Municípios assistem a agravamentos crescentes dos valores liquidados de IMI e a Autarquia regista um crescimento sustentado das verbas angariadas.

Não se conhecendo, nem sendo aceitável, um qualquer objectivo de planeamento urbano da Autarquia que vise retirar incentivos à fixação das populações na malha urbana do Concelho, estimulando-as a deslocarem-se para os Concelhos vizinhos que possuem condições fiscais

mais competitivas, a fixação dos valores máximos para as taxas do IMI é uma medida cega, lesiva dos interesses dos Municípios e incoerente com a prática expectável de uma Autarquia que goza de uma confortável saúde financeira, como se apegou em relação a este Município.

Na actual conjuntura, não podem também ser ignoradas as difíceis condições económicas e sociais de uma franja significativa da população, à medida que a recuperação económica tarda em materializar-se de forma visível e que as políticas encetadas pelo Governo se traduzem num ataque constante às poupanças dos cidadãos economicamente mais frágeis.

Na óptica da Autarquia, são vários os factores que asseguram de forma quase automática o aumento da receita auferida com este Imposto Municipal, seja por via do fim dos períodos de isenção dos imóveis mais antigos, seja pela redução do prazo de isenção aplicável aos imóveis mais recentes, seja, também, pelo aumento do valor aplicável ao aumento anual do IMI liquidado por cada imóvel (120E para 2008) na cláusula de salvaguarda ainda em vigor.

De notar também que, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga assumido já a predisposição para reduzir as taxas de IMI caso este ritmo de crescimento da receita se mantivesse, não é politicamente sério efectuar tal redução em ano eleitoral, o qual, no caso,



coincide até com o fim da cláusula de salvaguarda dos aumentos da colecta de IMI o que impedirá a aferição dos reais efeitos de tal medida.

Defende-se, pois, que se proceda a uma primeira redução das taxas do IMI já para o ano de 2008 e a uma nova redução, assim os efeitos conjugados da redução da taxa e da supressão da

cláusula de salvaguarda o permitam, após 2010.

Neste contexto, e à luz dos normativos supra, e considerando os intervalos mencionados, previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do referido artigo 112.º, propõe-se, para efeitos de deliberação a tomar pela Assembleia Municipal, que a taxa a aplicar no ano

de 2008 seja fixada nos seguintes termos:

- a) Prédios urbanos – 0,7%
- b) Prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – 0,4%. – **Vereadores Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo, Américo Afonso e Miguel Brito**

Notícias de Cascais

“Mar!” – a obra Artística do Rei D. Carlos

Composta por cerca de 120 obras, entre aguarelas, pinturas a óleo e a pastel sobre diferentes suportes, desenhos e um conjunto de objectos também pintados pelo rei entre o último quartel do século XIX e os primeiros anos do século XX, a exposição intitulada “Mar! Obra Artística do Rei D. Carlos” constitui uma oportunidade única de visionar o que normalmente se encontra inacessível, dado que, sua maioria, as obras são pertença de colecionadores particulares.

Colaboram também nesta mostra, através do empréstimo de obras, os Palácios Nacionais da Ajuda, Queluz, Mafra e da Pena, bem como o Museu do Chiado, a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, o Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), o Museu de Marinha, o Aquário Vasco da Gama e a Associação Naval de Lisboa.

Foi na pintura de marinhas e na realização de estudos pioneiros na área da Oceanografia, que o rei D. Carlos expressou o seu grande amor pelo mar. Em 1896, D. Carlos faz instalar no

Palácio da Cidadela o primeiro laboratório oceanográfico existente em Portugal. Entre 1896 e 1907, com o objectivo de estudar a costa e os mares portugueses, D. Carlos inicia em Cascais um ciclo de 12 campanhas oceanográficas que constituiu um marco na história das ciências em Portugal.

No âmbito desta exposição, a Câmara Municipal de Cascais, em parceria com a Principia Editora, lançou o livro/catálogo sobre o mesmo tema, com textos da autoria de Rui Ramos, Raquel Henriques da Silva, Margarida Magalhães Ramalho, Carla Varela Fernandes e Isabel Falcão e fotografias das obras em exposição.

Farol-Museu de Santa Marta: para ver e ser visto em Cascais

Situado junto à Casa de Santa Maria, o Farol Museu de Santa Marta integra-se no perímetro cultural constituído pela Cidadela, Museu Condes de Castro Guimarães, Centro Cultural de Cascais, Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Museu do Mar



e Casa Henrique Sommer (futuro Arquivo Histórico Municipal).

Com projecto de arquitectura da autoria de Francisco Aires Mateus e Manuel Aires Mateus e programa museológico da responsabilidade de Joaquim Boiça, o Farol-Museu de Santa Marta nasceu a partir do forte e farol com o mesmo nome, fruto de

uma parceria entre a Câmara Municipal de Cascais e o Estado Maior da Armada Portuguesa.

As obras de adaptação às novas funções tiveram início em 2006, promovendo a requalificação e conversão do Forte e Farol de Santa Marta em espaço de cultura e lazer, embora mantendo as suas funções de

sinalização costeira, sob a direcção da Marinha, através da Direcção de Faróis.

O programa museológico apresenta, para além de uma panorâmica geral sobre os faróis, temáticas específicas, tais como os faróis de Portugal; o forte e o farol de Santa Marta; os faróis e as ajudas à navegação (Cascais e barra do Tejo); o ofício de faroleiro.

O percurso expositivo inclui a exibição de um filme documentário “Faróis de Portugal. Cinco Séculos de História”. A cada 20 minutos se realizam visitas guiadas ao longo das são prestados todos os esclarecimentos em relação à exposição permanente.

Refira-se que a maioria das peças expostas foi restaurada e depositada pela Marinha Portuguesa/Direcção de Faróis, sendo constituída por exemplares que contribuem para uma melhor compreensão do funcionamento dos mecanismos dos faróis, entre as quais se encontra um candeeiro de duas torcidas, original de Santa Marta de 1874.

Inédito no país, o Farol-Museu oferece um espaço expositivo criado nas antigas residências dos faroleiros e que se divide em três pólos: dois núcleos expositivos e um auditório. O visitante tem ainda acesso às amplas plataformas (baterias do Forte) com vista para o mar e a espaços de recepção, centro de documentação e cafetaria.

O Farol-Museu pode ser visitado de Terça a Domingo, das 10 às 19 horas

IX Festival Internacional de Bandas de Cascais

Nos 8 e 9 de Setembro Cascais promoveu a IX edição do Festival Internacional de Bandas que tem como ponto alto a arruada no Centro da Vila, no Domingo, às 11H00.

O Festival Internacional de Bandas de Cascais realiza-se todos os anos em Setembro, reunindo grupos do concelho e de outras regiões do País, apostando em todas as edições na participação de agrupamentos estrangeiros. Este ano associa-se ao evento a Banda de Música de Arzúa (Coruña – Espanha).

No dia 8 de Setembro, as bandas participantes actuam nas sedes da



Sociedade Musical União Paredense e na Sociedade Musical Sportiva Alvidense. No encerramento do festival, a partir das 11h00 de domingo, 9 de Setembro, as bandas desfilarão pelas ruas do centro da Vila, concentrando-se defronte ao Hotel Baía para interpretar uma peça em conjunto.

A iniciativa implicou alguns cortes de trânsito no dia 9 de Setembro, das 11H00 às 13h00, nas seguintes artérias: Largo da Estação da CP, Rua Frederico Arouca, Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, Praça Francisco Sá Carneiro, Visconde da Luz e Baía de Cascais, até à Cidadela de Cascais.

Biblioteca Municipal de São Domingos de Rana acolhe exposição de aguarelas de Carlo Bloser

No dia 1 de Setembro, a Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana inaugurou uma exposição de aguarelas do pintor Carlo Bloser.

A mostra é composta por 50 aguarelas representativas de lugares típicos de diversas regiões de Portugal (Beira-Alta, Trás-os-Montes, Douro, Óbidos, Lisboa, Alentejo e Cascais).

A residir há cerca de 3 anos no Estoril, Carlo Maria Bloser nasceu na Alemanha, em 1929. Arquitecto e professor de Arquitectura de Interiores, em Colónia e no Mónaco, foi responsável por projectos de inúmeras galerias de arte e, em especial, pela recuperação de edifícios classificados como património cultural.

A sua vocação para a pintura a aguarelas começou há mais de 30 anos, tendo desde então apresentado os seus trabalhos em diversas exposições na Alemanha e em Itália.

A exposição foi inaugurada com a presença do pintor e estará patente ao público até a 1 de Outubro. - © CMC, fotos Luís Bento

Serviço urbano “busCas” renova frota

Arrancou no passado dia 4 a renovação da frota “busCas” – Serviço Urbano de Cascais da transportadora Scotturb criado em parceria com a Câmara Municipal de Cascais.

Por etapas, os autocarros que realizam este serviço estão a ser substituídos por veículos equipados com motores ecológicos, cujas

emissões de gases respeitam a norma europeia Euro IV. Para os utilizadores deste meio de transporte há também maior conforto devido à modernização dos sistemas de arranque e travagem e de ar condicionado. Foi, ainda, pela primeira vez, facilitado o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, através da instalação de uma rampa de acesso, aliada a um eficaz rebaixamento da suspensão.

A primeira viatura entrou em circulação no passado dia 4 de Setembro, devendo as restantes duas unidades entrar ao serviço ainda no decorrer deste mês.

Fruto de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Cascais e a Scotturb, o serviço “busCas” visa facilitar a mobilidade na área urbana da vila de Cascais, com carreiras circulares a partir da Estação da CP a cada 10 minutos e tarifa de bordo de 50 cêntimos.

O investimento global rondou os 400.000 Euros, valor suportado inicialmente pela transportadora, mas apoiado pela CMC no âmbito da parceria estabelecida.

Percurso e horário

O “busCas” parte da Estação da CP de Cascais, passa pela Av. Valbom, Rua Direita, Câmara Municipal, Cidadela, Marina, Boca do Inferno, Av. Infante D. Henrique, antiga Praça de Touros, Av. Infante D. Henrique, Av. 25 de Abril, R. Jaime Thompson, Tribunal, Hospital, R. José Florindo, Mercado e regressa à Estação da CP.

A circulação faz-se das 07h30 às 22H10 (Verão), ou 21H20 (Inverno), de segunda a quinta-feira, estendendo-se até às 00H10 às sexta, e sábados. O arranque aos fins-de-semana e feriados acontece às 08H50, partindo a última circulação dos domingos e feriados às 22H10 (Verão), ou 21H20 (Inverno). –

Gab. Imp. CMC



Notícias de Sintra

“Fusão” de comunicação artística no Largo do Palácio

O Largo do Palácio Nacional de Sintra foi palco, dia 8 de Setembro, de um espectáculo onde se “fundiram” a dança, a música, a arte circense e a multimédia, com actuação da Companhia de Dança Contemporânea de Sintra. Com entrada livre, a Câmara Municipal de Sintra proporcionou uma noite mágica!

Nessa noite foi possível viajar até vários cantos do mundo: o Fado, o Flamenco, a Dança Contemporânea, a Dança Oriental, a Salsa e o Merengue, o Tango e o Passodoble, a Música e Multimédia são os ingredientes para um espectáculo de grande componente cultural.



Câmara converte contentores de lixo em barreiras de protecção

Os contentores de lixo danificados estão a ser transformados pela Câmara Municipal de Sintra em barreiras de protecção das estradas. A medida, já implementada este mês na Estrada de S. Julião, faz parte de um pacote de iniciativas de incentivo à reutilização, intitulado “AMBinovar para Sintra ganhar”.

Com o objectivo de dar o exemplo em termos de práticas da reutilização, a Câmara de Sintra retirou da via pública vários contentores de lixo danificados e transformou-os em barreiras rodoviárias que têm duas funções: sinalizar de modo visível as bermas das estradas e diminuir o impacto em caso de despiste dos

automobilistas. Para isso, os contentores foram pintados com tinta fluorescente e, para garantir a sua sustentabilidade, foram colocados vários quilos de areia no seu interior, de forma a suportar eventuais impactos.

A decisão de colocar os contentores convertidos em barreiras na Estrada de S. Julião deve-se ao facto desta via ter sido alvo de uma intervenção de reabilitação no início deste ano. Bermas, pavimento e nova sinalização foram alguns dos trabalhos executados pelo Departamento de Ambiente e Intervenção Local da autarquia sintrense.

- CMSintra

Notícias de Viana

“Outdoors” e suportes colocados pelo PSD foram roubados ante a passividade da Câmara

O PSD de Viana do Castelo classificou de “terrorismo político” o furto de dois “outdoors” sobre trânsito que o partido tinha colocado nas entradas da cidade, tendo já apresentado queixa à PSP.

Em comunicado, a “concelhia laranja” de Viana do Castelo garante que os cartazes, colocados no início do mês nas duas principais entradas da cidade para avisar os automobilistas que o trânsito estava sujeito “a muita demora”, estavam “devidamente licenciados” pela Câmara e pelas Estradas de Portugal.

Os “outdoors” referiam que a demora do trânsito se ficava a dever à falta de “planeamento” por parte da Câmara de Viana do Castelo, gerida pelo PS.

“Á mensagem é a mesma para a qual o PSD vem alertando há longa data, ou seja, em Viana do Castelo não existe planeamento, pois, caso existisse, a cidade não estaria com os mesmos problemas de trânsito que já tinha há uma década”, lê-se no comunicado.

“O PSD só espera que este roubo não seja um espelho da prepotência que tem imperado em Portugal nos últimos tempos e que parece já ter chegado também a Viana do Castelo”, acrescenta, sublinhando que esta ocorrência é “inadmissível num País onde a democracia já conta com mais de três décadas”.

O PSD diz ainda que, além dos cartazes, foram igualmente furtadas as respectivas estruturas de apoio, “avaliadas em várias centenas de euros”. - CPS/Viana do Castelo-PSD



Notícias do Porto

Especialistas em Cirurgia da Obesidade reunidos em Congresso Mundial

O Edifício da Alfândega do Porto recebeu XII Congresso Mundial de Cirurgia da Obesidade, uma iniciativa da respectiva Federação Internacional com o apoio da Sociedade Portuguesa desta especialidade clínica. Rui Rio presidiu na quarta-feira, à sessão de abertura do evento.

O Presidente da CMP considerou que a realização deste encontro mundial de especialistas em cirurgia da obesidade constitui «um estímulo e um desafio» relativamente à aposta que tem vindo a ser feita pela autarquia na investigação e no desenvolvimento científico, enquanto instrumentos de cooperação do Porto com as suas congéneres estrangeiras.

«É, também, e especialmente para os presentes, o momento de reflectir sobre um problema de saúde grave, que é a obesidade, também conhecida como a forma mais comum de má nutrição no mundo ocidental, associada a doenças debilitantes e com um risco elevado de mortalidade», afirmou o autarca.

Segundo Rui Rio, a obesidade afecta quase um milhão de pessoas em Portugal, com custos inerentes de cerca de 500 milhões de euros.

«A cirurgia é uma forma médica de procurar combater este problema e, por isso, esperamos que este Congresso mundial seja um momento importante e de progresso nesse combate», concluiu.

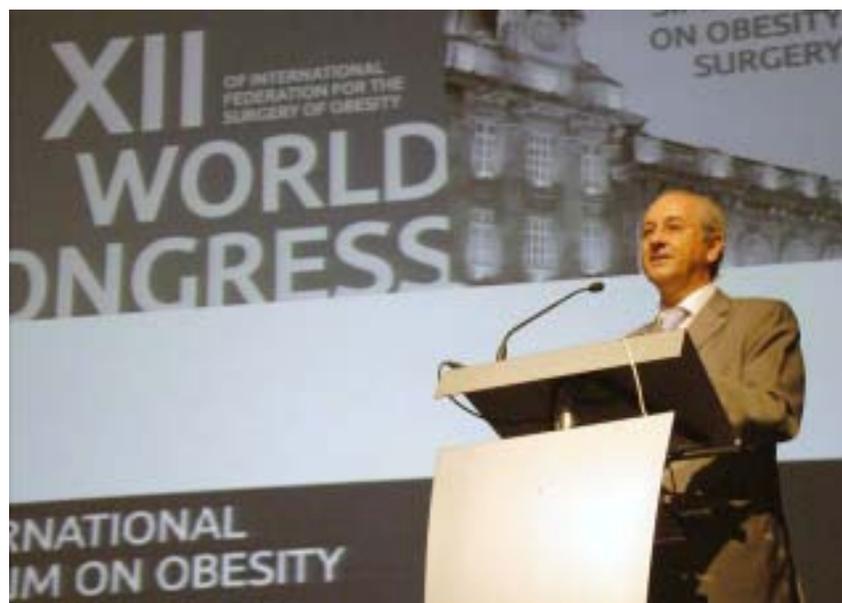
Porto Sounds volta a marcar a «rentrée» portuense, este ano em dose dupla

A “movida” portuense está imparável. Depois da realização de importantes eventos de carácter lúdico e cultural, que projectaram e promoveram a imagem da cidade – provas automobilísticas internacionais no Circuito da Boavista, o concerto dos Kean, as Noites Ritual, nos jardins do Palácio, as corridas aéreas e a exposição de Salvador Dali a decorrer até Novembro no Freixo – eis aí a 5ª edição do Porto Sounds, que este ano tem como grande novidade o facto de se prolongar por duas noites consecutivas (14 e 15 de Setembro), no Parque da Cidade.

Jorge Palma domina a primeira noite, que integrará, igualmente, os Souls of Fire, Orangotang e o Dj Miguel Rendeiro.

Na segunda, haverá lugar para os The Gift, Cool Hipnoise, Nigga Poison e os Dj's Mark Voxx e Mr. Tribe. Todos os concertos decorrerão das 20h00 às 4h00, no Parque da Cidade, o local escolhido, há dois anos, para a instalação do palco.

O Porto Sounds foi criado por iniciativa da CMP ainda durante o primeiro mandato, com o objectivo – entretanto alcançado – de vir a ter condições para se afirmar como uma marca de referência no panorama musical da cidade do Porto.



A sua primeira edição realizou-se em Setembro de 2003, nas imediações do Edifício Transparente, local onde, igualmente, decorreu no ano seguinte.

Dada a sua crescente adesão e afirmação no roteiro dos grandes eventos musicais da Invicta, a terceira edição, em 2005, já teve lugar no Parque da Cidade, num espaço muito mais amplo e numa zona com condições naturais mais aprazíveis e adequadas a este tipo de espectáculos.

Recorde-se que, no ano passado, o Porto Sounds teve uma duração de 12 horas consecutivas de música e uma

assistência que rondou os 15 mil espectadores.

Magia das “Noites do Mundo” em exposição no Gabinete do Inquilino Municipal

Está patente até ao próximo dia 2 de Novembro, no Gabinete do Inquilino Municipal (GIM), a exposição de fotografia intitulada “Noites do Mundo”, inserida no programa regular de exposições temporárias deste Gabinete.

Durante o Verão de 2006, o projecto de integração social “Porto, Bairro a Bairro” apresentou um ciclo designado “Noites do Mundo”, dedicado a músicas e danças do mundo. A iniciativa, que decorreu em diferentes espaços da Quinta de Bonjónia, começou em Julho com um espectáculo de música tradicional indiana interpretado pelo Tapan Group, tendo prosseguido em Agosto, com dois espectáculos. O primeiro, dedicado ao flamenco, com Alejandro Monserrate Group, de Múrcia, e o segundo, designado In-Canto, com a guitarra portuguesa de Luísa Amaro e dança árabe de Joana Grácio. A iniciativa encerrou em Setembro, com Porto Interior, que juntou as flautas de Rão Kyao com instrumentos tradicionais chineses tocados por Yanan.

A exposição de fotografia adopta o nome do ciclo “Noites do Mundo” e reúne imagens que testemunham a magia dessas noites, pelas objectivas de Susana Neves e de Cláudio Barbosa.

A mostra poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h, no GIM (Rua Monte dos Burgos, n.º 12). - © CMPorto



Notícias dos Açores

“Oportunidade histórica” para a Assembleia da República “confirmar” as suas opções sobre a Autonomia

O líder do PSD/Açores considerou que a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores é uma “oportunidade histórica” para a Assembleia da República “confirmar” as suas opções sobre a Autonomia e “afastar fantasmas que não existem”.

“Esta é uma oportunidade histórica para a Assembleia da República confirmar, mais uma vez, inequivocamente, as suas opções quanto à Autonomia e, desta forma, contribuir decisivamente para afastar fantasmas que não existem”, afirmou Costa Neves, na sessão de encerramento das jornadas parlamentares dos social-democratas, que decorreram em Ponta Delgada e que contaram com a presença do líder nacional do partido, Marques Mendes.

Segundo o líder social-democrata, a aprovação do projecto de revisão do Estatuto na Assembleia da República vai constituir uma oportunidade para “retirar esqueletos que continuam arrumados em alguns armários”.

Só desta forma, salientou Costa Neves, vai ser possível “afastar de vez aquelas interpretações equívocas e preconceituosas relativamente à Autonomia que, por vezes, parecem ser sinal de marca do Tribunal Constitucional”.

O presidente do PSD/Açores manifestou, por isso, o desejo de que “uma vez por todas as coisas se clarifiquem”.

Já Marques Mendes garantiu “todo o empenho” do grupo parlamentar social-democrata na Assembleia da República, no sentido de que o projecto de revisão do Estatuto a ser aprovado no parlamento açoriano seja “aprovado com rapidez e respeitado nas opções apresentadas”.

O líder nacional do PSD defendeu ainda que na próxima revisão constitucional, em 2009, deve ser dado “mais um passo para que as autonomias dos Açores e Madeira possam ser aprofundadas”, dado que o conceito de autonomia “não é estático, é dinâmico”.

Informação sobre actividade governativa “é dos cidadãos”

O líder do PSD/Açores considerou hoje que toda a informação relativa à actividade governativa deve ser disponibilizada aos cidadãos e à oposição pelos governos e lamentou que o executivo regional “não respeite esse princípio”.

“A informação não é dos governos, é dos cidadãos, e sendo dos cidadãos é também da oposição, mas temos respostas a requerimentos, algumas delas insolentes, que não respeitam este princípio”, afirmou Costa Neves, em Ponta Delgada, numa conferência de imprensa em que os deputados do PSD/Açores na Assembleia da República, Mota Amaral e Joaquim Ponte, fizeram o balanço do seu trabalho na anterior sessão legislativa.

Segundo o líder social-democrata, os governos regional e da República, este último no caso das questões financeiras, “tratam a informação como se fosse sua”, o que causa “dificuldades” ao trabalho dos deputados da oposição nos parlamentos regional e nacional.

“Para que as coisas funcionem é preciso que este princípio [do acesso à informação] seja respeitado”, salientou Costa Neves.

No balanço à actividade parlamentar na Assembleia da República na anterior sessão legislativa, os deputados social-democratas Mota Amaral e Joaquim Ponte congratularam-se com a solução de alguns problemas denunciados nos seus requerimentos, “nomeadamente a nomeação de administrador proposto pelo governo regional para a FLAD e o não encerramento do consulado de Portugal em Providence, Rhode Island, nos Estados Unidos”.

Na sessão legislativa anterior, os deputados do PSD/Açores apresentaram 48 requerimentos, o que representa cerca de metade de todos os que foram dirigidos pelo grupo parlamentar social-democrata na Assembleia da República ao governo e à administração.

Dos requerimentos apresentados pelos social-democratas açorianos, 26 receberam resposta do governo da República, que ainda não respondeu aos restantes 22.

As perguntas formuladas pelos deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte abordaram temas como “as questões financeiras com impacto regional e municipal, a instalação e funcionamento dos tribunais, a segurança dos cidadãos e a ordem pública, e a defesa dos interesses açorianos no âmbito da União Europeia”.

PSD reclama continuidade da ligação aérea Terceira-Porto



O PSD/Açores lamentou hoje o final da ligação aérea directa entre a Terceira e o Porto, denunciando o comportamento ausente e desinteressado que o Governo Regional manteve no processo. A posição é assumida pelos deputados laranja eleitos pela Terceira, os quais reafirmam ter sido o PSD, perante os anseios dos açorianos, quem foi “denunciando a situação e exigiu a criação de uma ligação regular entre a Terceira e o Porto”, realidade que, desde há muito, constituía uma “justa reivindicação dos terceirenses, que foi formalmente assumida numa petição com mais de 800 subscritores dirigida ao parlamento açoriano”.

Perante o final da operação em referência, que “terminou ontem sem que o Governo Regional tivesse assumido qualquer posição sobre a manutenção e o futuro da mesma”, dizem os deputados num novo requerimento enviado à Assembleia, o PSD reitera a necessidade da ligação Terceira-Porto “durante todo o ano e em termos que permitam efectivamente servir os açorianos e as suas empresas”.

Segundo Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura tal exigência assenta, fundamentalmente, “na defesa dos interesses das pessoas, das empresas locais e do potencial turístico,

mas também no próprio Plano Director do Aeroporto Sá Carneiro, que identifica a Terceira como um destino privilegiado a partir do Porto”. Mais estranham os parlamentares que o Governo Regional se tenha limitado a “criar uma ligação entre a Terceira e o Porto em apenas 4 meses, com horários que inviabilizaram a ligação com outras ilhas do Grupo Central, e com um equipamento claramente desproporcionado para as exigências da rota”.

Para os deputados a criação da rota “com cerca de um mês de antecedência em relação à respectiva entrada em vigor, demonstrou ser claramente desadequada a uma correcta política de transportes levando, desse modo, ao insucesso da mesma”. Aliás a acusação ao executivo é clara, dado não se poder, “naturalmente”, promover “com êxito uma nova rota com a duração de apenas quatro meses, criando-a e anunciando-a com um mês de antecedência”, acrescentam.

Também particularmente grave é a constatação de que “operadores do Norte do país tentaram negociar com a SATA, no sentido de criar para a ligação Terceira-Porto tarifas para grupos integradas no denominado circuito açoriano, em termos idênticos à ligação Ponta Delgada-Porto, recebendo como resposta da

transportadora regional um conjunto de dificuldades que impediram a concretização de tais programas”. Ainda de acordo com os referidos agentes “as tarifas que lhes foram oferecidas pela SATA para a ligação Porto-Terceira, incluindo mais duas ilhas, eram consideravelmente superiores às existentes para a ligação Porto-Ponta Delgada, também com passagem em mais duas ilhas”.

No requerimento agora enviado os deputados querem saber do Governo o que realmente se irá seguir, num processo que, para além dos interesses óbvios dos locais ao nível da sua deslocação para o exterior, se assume com particular significado dado o “potencial turístico do Norte do país e da Galiza para o mercado açoriano e, em especial, para a Terceira e demais ilhas do Grupo Central”. As questões prendem-se com a “manutenção da ligação aérea Terceira-Porto” e “que diligências tomou o Governo Regional para garantir tal ligação aérea durante todo o ano”, ou que “medidas irá adoptar para promover a referida ligação”.

Perante o actual cenário de “indefinição”, os deputados laranja exigem saber se o Governo Regional vai “criar condições iguais para a ligação Terceira-Porto, relativamente às existentes para a ligação Ponta Delgada-Porto” e porque razão “não são ainda iguais essas condições”. Os parlamentares do PSD eleitos pela ilha lilás referem que “os terceirenses, e os habitantes das outras ilhas do Grupo Central, continuam a ter de deslocar-se ao Norte do país, designadamente, por razões de saúde, empresariais ou para prosseguir estudos”, pelo que não é só no período que o Governo entende que “sentem as dificuldades e constrangimentos de ter de o fazer passando por outra ilha ou por Lisboa, com os encargos financeiros que tal situação acarreta”, concluem. – **PSD/Açores - Gabinete de Imprensa**

O requerimento apresentado

A existência de uma ligação aérea regular entre a Terceira e o Porto constitui uma justa reivindicação dos terceirenses, sendo formalmente assumida através de petição com mais de 800 subscritores dirigida à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Com m efeito, os terceirenses e os habitantes de outras ilhas do Grupo Central que têm de se deslocar ao Norte do país, designadamente, por razões de saúde, empresariais ou para prosseguir estudos sentem as dificuldades e constrangimentos de ter de o fazer passando por outra ilha ou por Lisboa, com os encargos financeiros que tal situação acarreta.

Para além dos interesses óbvios dos locais ao nível da sua deslocação para o exterior, assume-se, também, com particular significado o potencial



turístico do Norte do país e da Galiza para o mercado açoriano e, em especial, para a Terceira e demais ilhas do Grupo Central.

Perante tudo isto, o PSD foi denunciando a situação e exigiu a criação de uma ligação regular entre a Terceira e o Porto.

Tal posição política, assenta, fundamentalmente, na defesa dos interesses das pessoas e das empresas locais e do potencial turístico que estas ilhas oferecem, mas também no próprio Plano Director do Aeroporto Sá Carneiro que identifica a Terceira como um destino privilegiado a apostar a partir do Porto.

Porém, apesar do exposto, o Governo Regional limitou-se a criar uma ligação entre a Terceira e o Porto apenas em 4 meses, com horários que inviabilizam a ligação com outras ilhas do Grupo Central e com um equipamento claramente desproporcionado para as exigências da rota.

Acresce que a criação da rota Terceira-Porto apenas com cerca de um mês de antecedência em relação à respectiva entrada em vigor demonstra-se claramente desadequada a uma correcta política de transportes e, desse modo, intencionalmente promotora do insucesso da mesma.

Não pode, naturalmente, promover-se com êxito uma nova rota com duração de apenas quatro meses criando-a e anunciando-a com um mês de antecedência.

Assim sendo, não foi possível aos operadores promoverem a rota em causa nem sequer negociar com os demais agentes no sentido de a implementar com eficácia.

Por outro lado, e assumindo especial gravidade, constata-se que operadores do Norte do país que tentaram negociar com a Sata no sentido de criar para a ligação Terceira-Porto tarifas para grupos e integradas no denominado circuito açoriano em

termos idênticos à ligação Ponta Delgada-Porto receberam como resposta da transportadora regional um conjunto de dificuldades que impediram a concretização de tais programas.

Designadamente, e ainda de acordo com os mesmos agentes, as tarifas oferecidas pela SATA a tais operadores para a ligação Porto-Terceira incluindo mais duas ilhas eram consideravelmente superiores às tarifas existentes para a ligação Porto-Ponta Delgada com mais duas ilhas.

Apesar de todos estes constrangimentos, a operação em referência terminou ontem sem que o Governo Regional tivesse assumido qualquer posição sobre a manutenção e o futuro da mesma.

O PSD defende a existência da ligação Terceira-Porto durante todo o ano e em termos que permitam efectivamente servir os açorianos e as suas empresas.

Assim, os Deputados subscritores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, solicitam os seguintes esclarecimentos:

- 1- Irá ser mantida a ligação aérea Terceira-Porto?
- 2- Que diligências tomou o Governo Regional para garantir tal ligação aérea durante todo o ano?
- 3- Que medidas irá adoptar o Governo Regional para promover a ligação aérea em causa?
- 4- Irá o Governo Regional criar condições iguais para a ligação Terceira-Porto às existentes para a ligação Ponta Delgada - Porto?
- 5- Porque razão não são iguais essas condições? - **Deputados à ALRA, pela Terceira, em requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia Regional**

PSD reclama mais apoios para a “diversificação” de culturas

Reunião de deputados com a “Fruter”

O PSD/Açores denunciou uma “certa marginalização” sentida pelos sub-sectores agrícolas da Horticultura, Floricultura e Fruticultura face às mais tradicionais produções de leite e de carne. Foi esta manhã, após uma reunião dos deputados laranja eleitos pela Terceira com a direcção da “FRUTER”, que o parlamentar Antónia Ventura referiu que aqueles são também “sectores importantes para a região, quer ao nível da alimentação das populações quer no tocante à valorização dos produtores”, isso quando se sabe que “a tendência é dar sempre mais destaque e apoio às produções de leite e de carne”.

Segundo o deputado do PSD seria de bom grado que os “produtores veriam uma maior diversificação dos produtos tidos como de naturalidade açoriana”, até porque, para os social-democratas, existe uma grande preocupação com a falta de “aprovisionamento de uma região que, é certo, cada vez produz mais mas também cada vez importa mais”, disse António Ventura.

A região não é auto-suficiente no tocante à horticultura e à fruticultura”, pelo que, para o deputado do PSD que trata os assuntos rurais e agrícolas, “no caso de se verificar um défice da oferta face à procura, como acontece em mercados emergentes no consumo de leite, casos do Norte de África e da Ásia, poderá haver problemas a médio e longo prazo”. “Nesse sentido”, acrescentou “não há estudos, aconselhamento técnico ou prevenção. Noutras palavras falta estratégia política definida”.

António Ventura realçou ainda as possibilidades emergentes da Agricultura biológica entre nós, desde que “também aí, seja implementada uma estratégia regional coerente, quer ao nível da promoção, quer estimulando os produtores com o conhecimento das vantagens originadas pela Agricultura biológica, tanto para a saúde humana como para o Ambiente”. O deputado reiterou que esse é também “um sector muito esquecido nos Açores, situação que é urgente modificar”.

No âmbito do encontro com a “FRUTER” foram ainda debatidos diversos temas de importância vital para os produtores, assim como para a dupla vertente da Cooperativa e Associação que, segundo o deputado tem estabelecido um “importante papel no crescimento de culturas que, caso contrário, poderiam mesmo ter desaparecido”. A falta de controlos fitossanitários em toda a região, a carência de investigação e experimentação em várias áreas, a praga do escaravelho japonês e a exportação de próteas e de mel foram outros dos assuntos tratados, e sobre os quais os deputados se esclareceram com quem de direito, podendo nas suas funções tratá-los de acordo com os propósitos dos produtores.

– **Gab. Imp. ALRA**



DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Distrito do Porto, para reunir em sessão plenária, dia 1 de Outubro de 2007, segunda-feira, pelas 21h30, na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, sita na Avenida da Boavista, 4245 – Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação de Proposta Temática a apresentar ao XXX Congresso Nacional do PSD, nos termos do artigo 12º do respectivo Regulamento.

2. Análise da situação política.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Fafe, para o dia 20 de Outubro de 2007, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Praça 25 de Abril, Fafe, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substituir estatutariamente, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos:

Ser apresentadas por listas completas a cada órgão, contendo o nome e número de militante e o nº de Bilhete de Identidade de cada candidato.

Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição.

NELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Nelas, para uma reunião a realizar no próximo dia 21 de Setembro de 2007, pelas 1h00 no Edifício Multiusos em Nelas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Leitura e aprovação da acta da Assembleia Ordinária de 25 de Maio de 2007.

2. Análise e debate da situação política.

Núcleo Ocidental do Porto

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário de militantes do Núcleo Ocidental do Porto, a reunir na sede do Núcleo, sita na Rua do Pinheiro Manso 305 – Porto) no dia 20 de Setembro de 2007, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da Eleição do Presidente do PSD.

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da secção de Santa Comba Dão, para reunir no dia 20 de Outubro de 2007, sábado, pelas 21h00, na sede concelhia (Rua Gago Coutinho nº 12) – Santa Comba Dão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Todas as candidaturas relativas aos actos eleitorais da presente convocatória, devem obedecer aos requisitos previstos no artigo 4º do Regulamento eleitoral.

A capacidade eleitoral e a votação encontram-se definidas nos artigos 8º e 9º do Regulamento Eleitoral.

Em qualquer dúvida, os esclarecimentos, respeitarão sempre os Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral do PSD.



III CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DE 2007 DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o III Conselho Nacional ordinário de 2007 da JSD, a realizar no dia 22 de Setembro de 2007, Sábado, pelas 15h00, no Hotel Ipanema Park, sito na Rua de Serralves, n.º 124, no Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 - Ordem do Dia:
 - Habitação Jovem
 - Regulamento de participação da JSD no XXX Congresso do PSD

3 – Análise da situação Política.

O Presidente da Mesa do Conselho Nacional da JSD

(Daniel Fangueiro)

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Faro, para reunir em sessão ordinária no dia 21 de Setembro de 2007, pelas 21h30, na Sede do PSD, sita na Rua Vasco da Gama, n.º 54 – 1.º Dto., em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;
- 2 – Informações diversas;
- 3 – Análise da Situação Política;
- 4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Faro

(João Tiago C. Louzeiro)

MONDIM DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/ Mondim de Basto, para uma reunião a realizar no próximo dia 20 de Outubro de 2007 (Sábado), pelas 17 horas, na Sede do PSD de Mondim de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital da Guarda ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 14h30 às 15h30.

O Presidente da Mesa da Conselho Distrital

(Custódio Tender)

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos e vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião dia 20 de Setembro de 2007, pelas 21h30, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção

(Filipe Araújo)

NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAIS DEMOCRATAS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade de Aveiro, para o dia 3 de Outubro de 2007, a realizar nas instalações distritais do PSD, na Rua Dom Manuel B. Vasconcelos, 28 – Aradas, 3810 – 498 Aveiro, às 18h30, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa de Plenário de NESDUA

(Bruno Miguel Ribeiro Costa)